

EDITORIAL

Condições dignas para a Uerj



zar nosso trabalho, seja na face dramática dos desabamentos e das muitas precariedades que, inclusive, parece-nos ter agravado os desdobramentos do incêndio ocorrido no mês passado.

O governador, chanceler desta universidade, prometeu na campanha eleitoral não fazer o que está fazendo; veio até o *campus* do Maracanã prometer que não faria o que está fazendo; mandou seu secretariado

dizer que não ia fazer o que está fazendo. E está fazendo: está cortando nosso orçamento, está mantendo congelados valores de salários e bolsas, está governando sem receber representantes da Uerj, enquanto dá prioridade a políticas conservadoras, como a que se tem implementado na área de segurança, por exemplo.

Em meio a essa difícil conjuntura – de reprodução da mesma insensibilidade que marcou o governo anterior –, estamos em pleno processo eleitoral na universi-

dade. Depois de um primeiro turno sem a animação e o engajamento vistos em outros processos eleitorais aqui na Uerj, caminhamos para o segundo turno, no qual duas chapas se apresentam à comunidade universitária.

Cumprindo nosso papel de representação sindical, entrevistamos os dois candidatos a reitor, questionando-os sobre assuntos para nós fundamentais, tais como autonomia, financiamento e plano de carreira docente.

Esperamos contribuir para o processo democrático na Uerj, divulgando a posição das chapas acerca desses temas, mas julgamos importantíssimo que se compreenda que a defesa da universidade não pode passar apenas pelo comparecimento às urnas. É fundamental que, qualquer que seja o resultado, esteja-

mos prontos para as muitas lutas que se seguirão, desde as ameaças nacionalmente configuradas pelo Reuni até a precarização mais localizada de nossas condições de trabalho.

Afinal, a garantia de condições dignas para a Uerj depende, antes de tudo, de nossa mobilização, de nossa capacidade de denúncia e de luta, para cobrar o compromisso

so com o caráter público e democrático da universidade, seja qual for o ocupante do Executivo, seja qual for o ocupante da reitoria.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO

A Campanha de Filiação à Asduerj acontece entre os dias 21/11 e 12/12, na sua unidade.

Filiado, faça a atualização dos seus dados!

LEIA NESTA EDIÇÃO

Entrevista com os candidatos, no segundo turno, à reitoria da Uerj.
p. 4 e 5

Nós,

trabalhadores da Uerj, vivemos, neste último período, momentos de grande perplexidade, expectativa e frustração.

Com salários congelados há sete anos, assistimos aos sucessivos cortes orçamentários que conduzem a universidade, dia após dia, a uma situação de penúria, incompatível com a relevância social da educação pública, em especial com a de nível superior. As conseqüências dessa situação de completo abandono por parte do governo do Estado todos nós conhecemos, seja nas dificuldades cotidianas que enfrentamos para reali-



Informe *ASDUERJ*



Asduerj tem nova Diretoria

Tomou posse no dia 17 de outubro a chapa “Asduerj autônoma e democrática”, que estará à frente da entidade no biênio 2007-2009. Na cerimônia de posse, realizada na capela ecumênica da Uerj, a nova presidente da associação, Inalda Pimentel, reiterou os planos de luta que vão nortear a gestão: a recomposição de recursos da universidade e o reajuste salarial já!“

A docente, da Faculdade de Formação de Professores, destacou também a importância que terá o Conselho de Representantes para o trabalho da entidade. “É o ponto-chave”, concluiu.

Candidatos à Reitoria debatem

A Asduerj, o Sintuperj e o DCE vão promover dois debates entre as chapas concorrentes à Reitoria da Uerj. No dia 21/11, quarta-feira, às 14h, as

candidaturas de Ricardo Vieiralves e Christina Maioli e de Albanita Viana e Maricélia Bispo se enfrentam no Anfiteatro do HUPE. No dia seguinte, dia 22/11, o debate acontece na Capela Ecumênica da Uerj, às 18h.

A votação do segundo turno acontece nos dias 27, 28 e 29 de novembro.

Filie-se já!

A Asduerj promove, entre os dias 21/11 e 12/12, uma campanha de filiação de docentes à entidade. Representantes da associação vão visitar cada uma das unidades da universidade e os interessados poderão preencher a ficha de filiação no seu próprio local de trabalho. O calendário das visitas está disponível em www.asduerj.org.br.



As mentiras de Cabral na rede

O vídeo produzido pelas entidades

representativas da Uerj, que denuncia as promessas não-cumpridas feitas por Sérgio Cabral, também pode ser assistido no site da Asduerj. É só entrar em www.asduerj.org.br e clicar sobre a imagem do governador.

Entidades solicitam audiência com governador

Asduerj, Sintuperj e DCE enviaram ofício ao governador Sérgio Cabral solicitando o agendamento de uma audiência. Após várias tentativas fracassadas de reunião com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, as entidades tentam resolver diretamente com Sérgio Cabral os impasses envolvendo o governo e a Uerj.

Asduerj pressiona pelo PCD

A Diretoria da Asduerj realizou uma reunião com o reitor no dia 08/11 sobre a tramitação do plano de carreira no Conselho Universitário. Resultou uma convocação do Consuni para o dia 22/11 com a finalidade de discutir o relatório da Comissão Especial designada pelo reitor.



expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2007/2009)

- Presidente:** Inalda Couto (FFP)
- I Vice-Presidente:** Denise Brasil (CAp)
- II Vice-Presidente:** Antonio Braga Coscarelli (IME/Aposentado)
- I Tesoureiro:** Guilherme Locks (IEFD)
- II Tesoureiro:** Arnaldo José Noronha Filho (FCM)
- I Secretário:** Rodrigo Lychowski (DIR)
- II Secretário:** Iná Meireles (HUPE)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista responsável: Sérgio Franklin
Jornalista: Paula Almada
Edição Visual: Leila Braille

Crise da Uerj pode ter CPI

Está em andamento na Alerj a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a crise financeira da Uerj. O requerimento, dos deputados estaduais Rodrigo Dantas e João Pedro, ambos do DEM, foi assinado por 29 parlamentares, dois a mais do que o necessário para aprovação sem votação em plenário.

Na justificativa para a solicitação da CPI, os deputados citam uma entrevista concedida pelo reitor da Uerj ao jornal O Dia, em 14 de outubro, duas semanas após o incêndio no campus Maracanã. Nela, Nival anuncia que a universidade “terá um colapso”, caso a relação do governo com a Uerj não mude. Se instalada, a comissão vai investigar e apurar os fatos narrados pelo reitor e poderá ter suas conclusões encami-

nhadas ao Ministério Público.

No entanto, ainda não há previsão para o início dos trabalhos da CPI. Segundo informações dadas pelo gabinete de Rodrigo Dantas, quem define quando o pedido será publicado no Diário Oficial é o presidente da Casa – o deputado Jorge Picciani, aliado do governo. Além disso, até a data da publica-

Nos últimos anos, a universidade se tornou espaço de muitos acidentes e alguns desastres, como a queda do bloco de concreto do 12º andar em 2006

ção no DO, deputados podem retirar suas assinaturas, o que obrigaria votação para aprová-la em plenário.

Entidades pautaram a relação do incêndio com a falta de investimentos

Há quase uma década, as entidades repre-

sentativas da Uerj denunciam continuamente a crise de financiamento da Uerj. Os cortes no orçamento, que, no governo Rosinha, chegaram a 50% do orçamento são uma ameaça constante não só à qualidade da instituição, mas à vida dos que aqui estudam e trabalham. Nos últimos anos, a universidade se tornou espaço de muitos acidentes e alguns desastres, como a queda do bloco de concreto do 12º andar em 2006. A degradação da estrutura predial da universidade culminou no incêndio ocorrido no fim do mês de setembro. Em documento divulgado à sociedade fluminense intitulado “Os alarmes soam; só o governo que não ouve”, a Asduerj, o Sintuperj e o DCE afirmam que “não nos parece nada leviano dizer que o abandono da universidade por parte do governo do Estado, materializado nos cortes orçamentários, aumenta a vulnerabilidade das instalações.” leia o texto em www.asduerj.org.br.

Foto: Comuns/Uerj



Recuperação das áreas afetadas pelo incêndio deve levar seis meses.

Verba liberada não inclui reposição de móveis e equipamentos destruídos.

Foi publicada no Diário Oficial a liberação de pouco mais de 8 milhões de reais para as obras do bloco F do campus Maracanã, parcialmente destruído pelo incêndio ocorrido no dia

30 de setembro. A empresa contratada, em regime de urgência, é a mesma que realiza a obra no telhado e no 12º andar do campus.

A recuperação das áreas atingidas pelo fogo já foi iniciada, no entanto, não há garantias de que a quantia divulgada será liberada nos prazos definidos. Se-

gundo declaração do Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Alexandre Cardoso, um dos motivos para escolha da empresa Concrejato é que ela teria condições de continuar a obra caso acontecessem problemas no financiamento. A previsão é de que os reparos sejam concluídos em seis meses.

Para o Prof. Jorge Valério, prefeito do *campus*, a verba para reposição dos equipamentos

e móveis destruídos não deve sair antes de março de 2008. O prefeito informou que a obra de recuperação vai permitir também algumas melhorias no bloco F.

Laudo ainda não foi divulgado

O laudo oficial que vai revelar as causas do incêndio da Uerj não tem data para ser divulgado pelo Centro de Pesquisa e Perícia de Testes (CPPT), ligado ao Corpo de Bombeiros. A prefeitura do campus informou que tem cobrado o resultado, que deveria ter ficado pronto trinta dias após o sinistro. No entanto, segundo o Tenente Coronel Belchior, o órgão dispõe de apenas quatro peritos para todo o Estado do Rio de Janeiro, o que dificulta a realização do trabalho e impossibilita a fixação de qualquer prazo.

Secretário de C&T promete bandeirão

Na mesma entrevista coletiva em que divulgou a liberação de verba para a recuperação das áreas atingidas pelo incêndio, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Alexandre Cardoso, prometeu que o restaurante universitário da Uerj vai sair. Segundo ele, foi criada uma comissão para avaliar o montante de recursos necessários para as obras e compra de equipamentos.

Mais uma vez não foram divulgados prazos para o início das obras e abertura de licitações.

Questão de s

Em entrevista ao Boletim Asduerj, candidatos à reitoria da Uerj falam sobre auto
Os professores Ricardo Vieiralves e Albanita Viana conversaram com o Boletim Asduerj
senciais para o futuro imediato da universidade, como autonomia, financiamento



RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO entrou na Uerj como estudante, em 1978. Na década seguinte lecionou como professor substituto e passou ao corpo permanente do Instituto de Psicologia, através de concurso público, em 1987. Foi sub-reitor duas vezes – de Graduação e de Extensão e Cultura – na década de noventa. Desde então, exerceu outras funções na administração pública, como a de Secretário de Ciência e Tecnologia no governo Benedita, em 2002, sem abandonar de todo a carreira docente.

O candidato considera que a Uerj goza de autonomia plena?

Não goza. Há uma discussão jurídica interminável sobre isso: de que, na realidade, a Constituição garante a autonomia, mas seria necessária uma lei complementar para caracterizar a autonomia. Não se resolveu este impasse: nem houve lei complementar nem o artigo da Constituição foi inteiramente aplicado. Isto é uma discussão jurídica, política e legal. As universidades paulistas ganharam um decreto do governador no qual elas têm capacidade de gerenciamento dos seus recursos. Por que nunca se mexeu neste decreto (um expediente frágil do ponto de vista jurídico) e mexeram com o dispositivo constitucional que garantia a autonomia financeira à Uerj? Porque, na realidade, o processo das paulistas foi fruto de forte integração das universidades à vida social do Estado de São Paulo, e de uma rede de alianças políticos-sociais na qual aquelas instituições são consideradas imprescindíveis pela população, pelo Estado, pelos agentes sociais. A Uerj vinha num processo de tentativa de construção destes laços sociais, mas, especialmente nesses últimos quatro anos, viveu um esvaziamento social e político. Esta autonomia é uma questão jurídica, mas também é uma questão política. Só existe quando a universidade se faz presente, cada vez mais presente na vida social, política e econômica do Estado do Rio de Janeiro. Esta é a nossa vontade: recuperar os laços sociais da universidade, aumentá-los, ampliá-los, para que fique claro para o governo e para o Estado que uma universidade, para cumprir os seus objetivos, não pode depender de determinadas decisões de governantes, porque a prática acadêmica exige liberdade.

Lutar pelos 6% que já estão na Constituição não seria

uma alternativa?

Nós já tivemos mais de seis por cento no passado. Este percentual foi um número determinado, numa determinada época. Não gostaria de fixar em seis por cento. Muitas vezes a receita tributária líquida oscila. É preciso fixar um número não que seja o teto, mas que seja o mínimo. Algo que pelo menos a gente tenha condições de sobrevivência. Às vezes a receita cresce e o Estado tem mais disponibilidade de investimento em recursos para a universidade. Por que não?

Então caso o professor venha a ser reitor, pretende lutar por algum tipo de vinculação orçamentária?

Acho que sim, mas isso é uma pactuação política, não é uma pactuação legal. O que é preciso definir com clareza é o que a universidade necessita não só para o seu desenvolvimento mas para a sua sustentação mínima. Na realidade, esses seis por cento estabelecem mais ou menos o limite de sobrevivência. Já tivemos no passado 7,8% da receita tributária líquida, já chegamos algumas vezes a 7,2%. Algumas vezes menos, 4%, 4,5%, o que é um desastre porque aí a gente não sobrevive.

Como sua candidatura pensa a existência de entes captadores de recursos na universidade, como fundações e assemelhados?

A universidade hoje está lotada de centros de estudos. A atual reitoria proliferou centros de estudos, que são associações civis sem fins lucrativos – ONG's – que têm uma relação com a universidade por convênio. Por um lado, esses centros de estudos salvaram a universidade de vários problemas de financiamento graves, permitiram que algumas unidades não naufragassem. Con-

sidero que o melhor caminho é ter uma estrutura com gerência de projetos, a exemplo da Unicamp. A Uerj é uma das únicas que não tem uma estrutura fundacional de apoio. Todas as outras universidades públicas tem. Ela serve para algumas coisas e não serve para outras. Ela serve para disputar recursos que o órgão público não pode disputar, por exemplo Lei Rouanet, lei de incentivos culturais, a Uerj não pode, é proibida. Gerenciamento de patentes, nos interessa. Em cinquenta e sete anos de existência, a Uerj tem registrado seis processos de patentes, todos de um mesmo professor, um fármaco. A Unicamp tem por volta de quinhentos. Tem que ter estrutura para isto. O que esta estrutura não pode: substituir funcionário público. A estabilidade faz-se necessária. A ameaça de demissão significa uma ameaça à liberdade de pensamento numa estrutura universitária. Uma universidade tem que ficar independente do Estado, se não ela pensa só o que o Estado quer e não o que a sociedade exige, o que os intelectuais pensam. As estruturas também não podem receber dinheiro da universidade. Agora, não sou que decido, isto só pode ser decidido pela própria universidade. Tenho minha opinião, mas não necessariamente ela será vitoriosa. Isso terá que ser levado à comunidade para ela dizer se quer ou não. O reitor não tem poder de decisão sobre isto.

Tramita no Conselho Universitário uma proposta de plano de carreira docente, que foi construída num fórum coordenado pela Asduerj e debatida e aprovada em assembléia. O professor conhece este texto? Como sua gestão pretende encaminhar esta proposta dentro do Conselho?

Conheço o texto. Tem aspectos muito positivos, mas acho que o debate no meio da comunidade docente está aquém do que deveria. Acho que grande parte da comunidade docente desconhece esta proposta. Temos que abrir um espaço de discussão na comunidade. É uma decisão muito radical, muito séria, que na realidade delinea o que é a carreira docente. E eu acho que não teve ainda a mobilização necessária para tomar uma decisão madura. Mas, eu acho que o nosso plano de 91 está velho. Ele respondeu a um determinado tempo, não configura mais a atividade docente hoje. Eu acho que a iniciativa da associação de docentes em abrir esse espaço foi muita positiva. Mas, agora tem que se debater mais. Acho que a gente tem que distribuir esse plano pra todos os docentes, estimular a participação, a discussão, pra ser uma coisa mais madura. Claro que a unanimidade ninguém vai ter. Mas, é preciso criar mais participação na vida universitária, porque aí cria compromisso.

Como deverá ser, numa possível gestão, a relação com as entidades representativas?

O que se tem que fazer é manter canal de negociação e canal de diálogo aberto o tempo todo. Nas gestões que eu participei, tínhamos reuniões permanentes com as entidades dos estudantes, dos professores e dos técnico-administrativos. E isso tem que ser mantido. Faz parte do jogo democrático e é fundamental para a vida universitária. São representações sindicais ou de caráter sindical justas, legítimas, que têm responsabilidade sobre as suas categorias, ou suas funções e são interlocutoras em negociações sobre a vida da universidade. Eu não tenho isso como problema. Pelo contrário, vai-se sentar à mesa e vai-se negociar, vai-se conversar, vai-se discutir. Algumas vezes, eu posso divergir da opinião dos sindicatos, outras vezes não. É assim o jogo. O que não pode é fechar o canal.

Sobre vivência

onomia e financiamento. Segundo turno ocorre nos dias 27, 28 e 29 de novembro. Logo após o anúncio do resultado do primeiro turno. Na pauta, questões consideradas essenciais e democracia interna. Veja a seguir o resumo das entrevistas com os candidatos.

A candidata considera que a Uerj goza de autonomia plena?

Nós não temos autonomia plena. Temos autonomia para produzir conhecimento, para fazer modificações curriculares, criar unidades, disciplinas, cursos, programas; mas não temos autonomia da gestão financeira. Além dos cortes que sofremos, ainda temos uma disponibilidade financeira que oscila com a arrecadação do Estado. Uma reivindicação junto ao governo tão logo ocorra a nossa posse será da autonomia de gestão financeira. A Uerj precisa trabalhar a execução do seu planejamento de uma forma mais ordenada. É muito difícil para um gestor não saber com quanto vai contar a cada mês. Esse é o grande entrave, o problema maior que sofremos.

Lutar pelos seis por cento definido na Constituição, poderia ser um caminho para esta “autonomia de gestão financeira”?

É importante que nós tenhamos seis por cento sim. Mas devemos saber o que é este valor. Tenho informações de que duas gestões, com certeza, buscaram este caminho. O que foi declarado para a universidade é que, com o seis por cento, a Uerj assumiria a conta dos inativos. E o percentual não seria apenas para a Uerj, mas para todas as instituições de ensino superior do Estado. Quando foram fazer as contas, constataram que era menos do que estávamos recebendo do orçamentário e do financeiro. É preciso que examinemos bem esta questão. Não podemos ficar com a conta dos inativos. Não devemos entrar cegamente nesta questão. Temos que conhecê-la em profundidade. A gestão anterior e atual tentaram este caminho.

Como sua candidatura pensa as entidades de captação de recursos na Uerj?

Esta é uma questão delicada. Existem órgãos captadores de recursos diversos. Existe também um certo exagero, como várias fundações para uma única instituição. Ocorre que cada centro, cada unidade quer fazer sua fundação e isto é perigoso. Porém, estamos convivendo com um problema muito sério que é o fato de que instituições públicas federais e até empresas do Estado estão divulgando editais com uma cláusula que impede a participação de instituições do Estado. Para trabalhar com instituições do Estado, alguns colocam como pré-requisito uma contrapartida de vinte por cento, no mínimo. Caso queiramos participar de um edital de 3 milhões, teremos que tirar do orçamento da universidade vinte por cento deste valor. Não é possível, pois não se pode prever isto na elaboração do orçamento. A lei de responsabilidade fiscal exige que todos os recursos que entrem na universidade tenham que passar pelo orçamento do Estado como um todo. Além do mais, esta passagem torna as nossas negociações muito morosas, não recebemos o recurso quando necessário. Isto nos preocupa.

Todas as universidades públicas, inclusive as estaduais já utilizam deste expediente. Por outro lado, preocupa-nos o fato de que estes órgãos sejam utilizados para contratação de pessoal para a universi-



ALBANITA VIANA DE OLIVEIRA iniciou sua carreira docente na Uerj em 1971 e permaneceu na universidade até o início da década de oitenta, quando se afastou para iniciar a pós-graduação. Na década de oitenta lecionou na UFRJ e foi pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. Retornou à Uerj em 2003, como professora titular da Faculdade de Medicina, após ser dirigente do CNPq. Foi sub-reitora de pós-graduação e pesquisa da Uerj na últimos quatro anos.

dade. Isto não pode acontecer. Não abrimos mão do concurso para servidores docentes e técnico-administrativos. Temos que discutir isto em todas as instâncias da universidade. Jamais admitiríamos um órgão captador de recursos para driblar concursos públicos ou com fins lucrativos. Não podemos definir isto numa campanha. É uma alternativa que a universidade terá, se ela desejar ter. Não pode ser a vontade do reitor, mas da comunidade.

Tramita no Conselho Universitário uma proposta de plano de carreira docente, que foi construído num fórum coordenado pela Asduerj e debatido e aprovado em assembléia. A professora conhece este texto? Como sua gestão pretende encaminhar esta proposta dentro do Conselho?

Nós temos um plano numa fase de acabamento final que é o dos servidores técnico-administrativos. Nele ainda há pendências que precisam ser dirimidas, ajustes que precisam ser feitos. É necessário levar a bom termo todas as reivindicações. O nosso plano de carreira docente já chega um pouco atrasado. Nossa candidatura dará total apoio ao plano de carreira docente, à sua discussão no Conselho Universitário. Tenho a impressão que o Consuni tem muito a enriquecê-lo. Gostaria que tivéssemos tempo este ano para fazer este trabalho. Estamos indisponíveis, mas o conselho está aí funcionando. Se isto não ocorrer, nosso empenho será grande no ano que vem.

A professora poderia exemplificar os pontos da proposta em tramitação que necessitariam de

ajustes?

O plano de carreira tem que parecer algo de compensatório ao esforço de aperfeiçoamento dos docentes. Não gostaria de ver fora de um plano a possibilidade de 40 horas. Temos que ter 20, 40 e a Dedicção Exclusiva. São alternativas importantes para a universidade. O plano não pode ser só de compensação financeira, mas de crescimento do docente dentro da universidade.

A história da relação das entidades representativas da comunidade com a administração da universidade teve períodos de harmonia e de tensão. Como a professora prevê que será a sua relação com o movimento organizado de trabalhadores e estudantes da Uerj?

Espero que seja a melhor possível. Tenho a impressão que precisamos esgotar a nossa capacidade de diálogo, creio que vacilamos nisto. Quando digo nós, é a toda a comunidade que me refiro. É preciso muita conversa. Muitas vezes as reuniões, que são inúmeras e intermináveis, seriam muita mais objetivas e concretas se tivéssemos fazendo este trabalho fora daquele momento para chegarmos até ele com um amadurecimento maior das questões. O momento mais rico é exatamente a troca, o diálogo. Nem sempre temos razão, recuamos; nem sempre o outro tem razão e recua. Um cede daqui, outro cede dali; e vai-se construindo algo que seja melhor. Fui gestora muitas vezes. Fui eleita duas vezes diretora da Fundação Oswaldo Cruz, nunca tive problemas com as entidades representativas.

A

luta contra a adesão ao decreto do governo Lula conhecido como Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) mobilizou diversas comunidades universitárias no mês de outubro. Até o momento, o MEC contabiliza 32 adesões ao programa, mas, entre elas, inclui instituições,

como a UFRJ, que apresentaram projetos alternativos de expansão.

No Rio de Janeiro, a história foi idêntica a ocorrida em todo o país: conturbadas sessões de conselho universitário e intensa mobilização do movimento estudantil. Na UFF, até a polícia foi convocada pelo Reitor para expulsar os estudantes do prédio da reitoria.

UFRJ mantém autonomia e aprova projeto que não descaracteriza a instituição

Após uma tumultuada sessão no dia 18 de outubro, interrompida por protesto dos estudantes, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovou no dia 25 de outubro emendas ao Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRJ (o PRE-UFRJ), que o desvinculam do Reuni. Para a direção da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj), o projeto aprovado “cria melhores condições para iniciarmos um processo de reforma mais condizente com as metas de uma instituição pública”.

Em síntese, a direção da Adufrj comemora a retirada das referências aos pressupostos, conceitos e diretrizes do Reuni, como o uso indiscriminado da educação a distância, os bacharelados interdisciplinares, o uso de pós-graduandos como força de trabalho, a taxa de conclusão de 90% e a meta de um professor para cada dezoito alunos na instituição. A vitória dos movimentos organizados na UFRJ se concretizou, definitivamente, com a proposta do conselheiro da bancada dos servidores técnico-administrativos, Agnaldo Fernandes, de modificar o artigo XX do projeto, retirando qualquer referência ao Reuni.

Para a Adufrj, “as críticas ao projeto governamental têm clara posição a favor da expansão das matrículas, mas em moldes universitários”, o que não ocorria com o projeto de caráter produtivista do decreto presidencial. No entanto, o conselho manteve a possibilidade de excepcionalidade de contratação de docentes em regime de 40h, ao contrário do que reivindicava a associação docente.

A vitória do movimento na UFRJ se tornou possível a partir do protesto do movimento estudantil na sessão do Conselho Universitário do dia 18/10, que aprovou sem discussão o projeto apresentado pela Reitoria de adesão ao decreto do governo federal. O movimento dos estudantes, que interrompeu a sessão e promoveu a ocupação do prédio da reitoria, possibilitou uma audiência em que as entidades representativas negociaram ponto a ponto os termos do projeto com a administração da universidade.

UFF segue o caminho da UFRJ, após intensa mobilização da comunidade

Após muita turbulência, o Conselho Universitário da UFF aprovou, em reunião extraordinária no 7 de novembro, a criação de grupo de trabalho (GT) paritário, com três docentes, três servidores técnico-administrativos e três estudantes. O GT deve-

rá, a exemplo da UFRJ, construir um projeto de expansão autônomo, independente e fora das metas estabelecidas pelo Reuni.

No dia 24/10, o reitor Roberto Salles havia cancelado a sessão do Conselho Universitário que discutiria o Reuni, minutos antes do seu início. Para a diretoria da Associação de Docentes da UFF (Aduff), a ação foi um ato de desespero do Reitor por avaliar que a proposta de adesão seria derrotada. À noite, com um mandado de reintegração de posse, Salles convocou a polícia federal para desocupar o prédio da reitoria, ocupado pelos estudantes receosos de que ocorresse uma sessão extraordinária sem a presença da comunidade. Os estudantes desocuparam o prédio no dia seguinte, após a administração da universidade garantir a retirada do mandado de reintegração de posse e a realização de uma audiência pública para discutir, além do Reuni, a moradia estudantil e uma política permanente auxílio aos estudantes. A diretoria da Asduerj enviou às entidades representativas da UFF uma moção de apoio à comunidade universitária e manifesto de repúdio às atitudes do reitor da instituição.

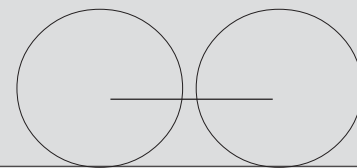
UNI-RIO Os estudantes desocuparam o prédio da Reitoria da Uni-Rio na tarde do dia 6 de novembro. Em nota à reitoria, a Comissão de Ocupação comunica que o término do protesto deve-se à visita da polícia federal no dia anterior (5/11) “de forma a esclarecer a situação legal de ocupação.” Os estudantes, que ocupavam a reitoria desde o dia 25/11, quando os conselhos superiores da Uni-Rio aprovaram a adesão, reivindicavam a revogação da resolução dos conselhos. Em nota pública, a Associação de Docentes da Uni-Rio (Aduni-Rio) lamenta a adesão, afirmando que a decisão “atendeu a interesses que ferem a autonomia da universidade, ao direito da educação como bem público e não uma mercadoria como se apresenta no momento.

Ocupação da Reitoria de 18/10/07.

Foto: Daniel Tiriba



Outubro: estudantes se insurgem contra Reuni



Temas controvertidos de Direito Coletivo do Trabalho

“Qual é o poder de negociação de um trabalhador, de um funcionário público ou de um militar? Individualmente praticamente nenhum (...) Individualmente, cada um é uma pessoa e somente através da associação é que se torno uma categoria.” A citação é do Professor Tomek, na orelha do livro “Temas controvertidos de Direito Coletivo”. Publicação da Editora Gramma, o livro do professor Rodrigo Lychowski, é resultado dos debates que o autor travou com seus alunos em salas de aula, na Faculdade de Direito da Uerj, bem como

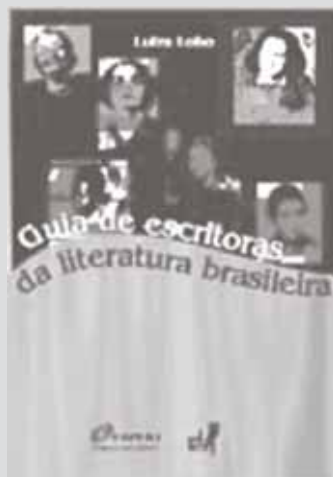
de sua participação em programas de TV discutindo temas como a greve dos controladores de vôo dos militares, o polêmico projeto governamental de greve dos servidores públicos (chamada de projeto “anti-greve”), entre outros. O autor analisa ainda a figura de Vargas, a contribuição sindical obrigatória, a falta de lei reconhecendo as centrais sindicais, e a defesa do direito de sindicalização e de greve para os militares. Para o autor, somente através da reunião dos trabalhadores, servidores públicos e militares, por meio de suas categorias, é que será possível o respeito à dignidade humana do trabalhador e a efetivação do valor social do trabalho, fundamento do Estado democrático de Direito brasileiro.

Veja outros lançamentos de professores da Uerj



Perspectivas para a economia brasileira organizado pelos professores Luiz Fernando de Paula, Léo da Rocha Ferreira e Milton de Assis, o livro se compõe de textos elaborados pelos professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, que tem nele um dos pontos altos das celebrações de seus 75 anos de existência.

A pluralidade de temas e riqueza de perspectivas, contribuem substancialmente para o amplo debate nacional sobre o desafio do presente: preservar a estabilidade monetária e, ao mesmo tempo, melhorar a taxa de crescimento, a distribuição de renda e a inclusão social. Além de oportuna, a obra prima por uma simplicidade comprobatória do salutar diálogo que a universidade pode manter com a sociedade. Interessa os estudiosos da área, tanto quanto as cidadãs e os cidadãos empenhados nas animadas discussões contemporâneas acerca dos rumos do país.

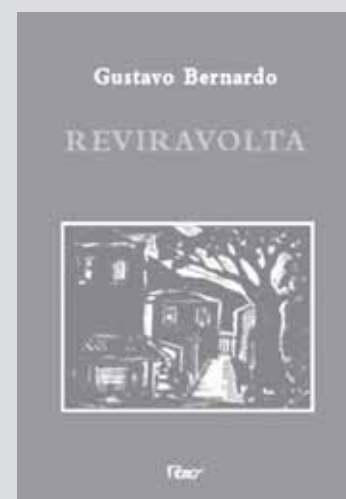


Guia das escritoras da literatura brasileira

Mais um lançamento da Eduerj, o livro da professora do Instituto de Letras Luiza Lobo marca a área dos estudos de gênero e o exame das formas de construção da história da literatura brasileira, cujo cânone só recentemente começou a absorver obras de mulheres.

Aqui temos reunidas 36 escritoras, cobrindo o período de 1859 até a atualidade. Estão presentes nesta obra, entre outros temas: os deslocamentos do conceito de feminismo, acompanhados a partir de seus primórdios; a pluralidade de cânones literários e os jogos de poder aí implícitos; a curiosa dificuldade da presença da militância política nos textos das

autoras; e, especialmente, a impropriedade de uma visão essencialista intrínseca à mulher – o tão recorrente “eterno feminino” –, fator de efetivo atraso na superação do patriarcalismo ainda vigente na sociedade brasileira.



Reviravolta

Para a crítica, Gustavo Bernardo – professor do Instituto de Letras – beira o realismo fantástico de Gabriel García Márquez em Reviravolta. Os protagonistas são dois irmãos com o mesmo nome, diferenciados apenas pela idade – Pedro Velho e Pedro Novo –, que passam a viver num tempo próprio, que se expande e dilata, conforme as leis de uma física científica e fantástica.

Observatório de Favelas*

Políticas públicas pautadas na valorização da vida

NÃO

é possível avançar no campo da segurança pública no Rio de Janeiro sem um debate mais amplo sobre um

novo projeto de cidade que rompa com a lógica da “cidade partida” e a hierarquização da cidadania e do valor da vida.

É inaceitável que práticas como operações policiais que têm como critério de eficiência a letalidade sejam consideradas inaceitáveis para determinados contextos, como as zonas nobres da cidade, e inevitáveis para outros, como as favelas e periferias. A questão de fundo é um processo de criminalização da pobreza, que tem servido para justificar a violência do Estado nos espaços populares.

Nada justifica o uso de armas de guerra em um local onde moram cerca de 100 mil pessoas, como no complexo do Alemão. Muito menos os massacres, como o que deixou 48 mortos e mais de 80 feridos em maio no Alemão e na Penha, ou o do dia 17 de outubro, na comunidade da Coréia, em Senador Camará (RJ), que terminou com 12 pessoas executadas, entre elas uma criança de 4 anos.

Não importa de que armas tenham saído as balas. O Estado é o responsável por privilegiar uma estratégia que coloca a vida de cidadãos em risco. Por isso, repudiamos o anúncio das “megaoperações” como novo modelo de intervenção policial nas favelas identificadas como “áreas críticas”. A entrada de investimentos sociais e políticas públicas nas comunidades não pode ser condicionada a operações bélicas.

Fenômenos como o fortalecimento das milícias no Rio de Janeiro indicam que é urgente a retomada da soberania do Estado nos territórios dominados por grupos criminosos armados. A privatização da soberania, da segurança e do monopólio da violência é inadmissível.

Os resultados da política de segurança pública baseada no confronto demonstram que duas décadas de “guerra às drogas” não contribuíram para a redução da violência urbana. Muito pelo contrário, serviram para acirrar a tensão social e favoreceram o aumento dos crimes violentos na cidade. Os números de mortes de policiais e de civis no Rio de Janeiro nos últimos anos demonstram que o uso da violência como instrumento de combate ao crime é uma estratégia fadada ao fracasso.

É preciso substituir a lógica do confronto por uma intervenção estatal que tenha como princípio fundamental a valorização da vida.

Nesta perspectiva, dentre as diversas propostas acumuladas por especialistas, organizações de direitos humanos e movimentos sociais que atuam no enfrentamento da violência urbana situamos alguns pontos centrais para a construção de um modelo de segurança pública pautado nos direitos humanos: a ênfase no controle de armas; o enfrentamento da questão das drogas em uma perspectiva preventiva e de redução de danos; a formulação de políticas públicas voltadas para a prevenção ao ingresso de crianças e adolescentes nas redes criminosas e para a criação de alternativas sustentáveis para aqueles que atuam nas redes ilícitas, mas desejam sair; o investimento na qualificação, valorização e integração das polícias; o treinamento de todos os policiais no uso de armas e técnicas não letais; o investimento em tecnologia e a priorização de estratégias centradas no trabalho de inteligência, com investigações coordenadas entre polícias, Ministério Público e Poder Judiciário; a independência das perícias; o fortalecimento de mecanismos de controle externo da atividade policial, contemplando a autonomia e o poder de investigação para as ouvidorias de polícia; a valorização de experiências exitosas nacionais e internacionais como fonte de inspiração para a intervenção das polícias (GPAE, policiamento comunitário, uso do geoprocessamento, entre outros); o fortalecimento dos programas de proteção a vítimas de violência e testemunhas (PROVITA, PPCAM e Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos); a extinção do uso de instrumentos de guerra como os blindados

conhecidos como “caveirão” e “pacificador”; o fim da tipificação “autos de resistência”, que introduz um viés a priori na investigação destas mortes; e, finalmente, a adoção de medidas concretas para combater a impunidade e a corrupção que atinge os poderes públicos, imprescindível para que a população recupere a confiança nas forças policiais e judiciais.

No entanto, para além das ações específicas no campo da segurança pública, reiteramos que o enfrentamento da violência urbana no Rio de Janeiro exige a criação de mecanismos que fomentem o reconhecimento da cidade como um lugar de encontro das diferenças e que promovam a ampliação do tempo e do espaço social dos seus moradores.

Nesta perspectiva, o primeiro passo para articular Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento é reconhecer que só pode haver uma cidade e um cidadão, o que exige o fim da cisão entre favela e “asfalto”. Isso significa uma nova apropriação do espaço urbano, que incorpore os espaços populares no centro de uma agenda política voltada para a superação das desigualdades sociais.

A inserção plena dos territórios populares no conjunto da cidade implica em deixar de perceber os moradores de favelas como meros objetos de ações e reconhecê-los como sujeitos de direitos que devem ter protagonismo na formulação de propostas transformadoras. A cidadania tem que ser entendida como ponto de partida e não como ponto de chegada. Só avançaremos quando o Estado reconhecer a pluralidade dos espaços populares e a potencialidade de seus atores sociais.

NADA JUSTIFICA O USO DE ARMAS DE GUERRA EM UM LOCAL ONDE MORAM CERCA DE 100 MIL PESSOAS, COMO NO COMPLEXO DO ALEMÃO.

*O Observatório de Favelas é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI), que atua nas favelas do Rio de Janeiro desde 2001 na formação de lideranças comunitárias, na produção de conhecimentos específicos sobre os espaços populares e na assessoria de ações inovadoras. Tem enfatizado, desde sua origem, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas pautadas na valorização da vida e que tenham como marco fundamental os instrumentos de proteção e promoção dos direitos humanos.